



Comissão Especial sobre
MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES Nº 02/2018

Equipe CEMDP

Presidência:

Procuradora da República Eugênia Augusta Gonzaga

Conselho:

Procurador da República e representante do MPF Ivan Marx

Familiar de desaparecida política e representante de familiares Diva Santana

Deputado representante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Paulo Pimenta

Advogada e representante da sociedade civil Rosa Maria Cardoso da Cunha

Familiar de desaparecida política e representante da sociedade civil Vera Paiva

Representante do Ministério da Defesa Coronel João Batista Fagundes

Equipe Coordenação-Geral de Direito à Memória e à Verdade e Apoio à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CGMDP):

Amarilis Busch Tavares	Coordenadora-Geral	amarilis.tavares@mdh.gov.br 61.20273850
Juliana Amoretti	Coordenadora-Geral Substituta	juliana.amoretti@mdh.gov.br 61.20273335
Paula Franco	Coordenadora de Direito à Memória e à Verdade	paula.franco@mdh.gov.br 61.20273772
Caio Bruno Pires Mendes Cateb	Coordenador de Busca e Identificação de Desaparecidos Políticos	caiocateb@gmail.com 61.20273772

Jacqueline da Silva	Prestadora	jacqueline.silva.prestador@mdh.gov.br 61.20273820
Cristiane Cruz	Prestadora	cristiane.cruz@mdh.gov.br 61.20273347
Keyla Souza	Prestadora	keyla.souza.prestador@mdh.gov.br 61.20273484
Gislane Rufino Araújo	Prestadora	gislane.araujo@mdh.gov.br 61.20273861

1. Situação da CEMDP na estrutura do Ministério de Direitos Humanos

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), instituída pela Lei 9.140/95, nos termos do Decreto de Estrutura nº 9.122, de 09 de agosto de 2017, está vinculada à estrutura da Secretaria Nacional de Cidadania (SNC), do Ministério de Direitos Humanos (MDH), por meio da Coordenação-Geral de Direito à Memória e à Verdade e Apoio à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CGMDP).

O cargo de Coordenação-Geral da CGMDP é ocupado pela servidora pública federal, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), Amarílis Busch Tavares, cuja nomeação foi publicada no DOU de 29 de maio de 2018 (FCPE 101.4). A função de substituição da Coordenação-Geral está designada à servidora Juliana Amoretti, Assessora na GGMDP (GR 2). O Cargo de Coordenação de Memória e Verdade está ocupado por Paula Franco (DAS-3). O cargo de Coordenação de Busca e Identificação de Desaparecidos Políticos (DAS-3) passará a ser ocupado por Caio Bruno Pires Mendes Cateb, cuja nomeação foi publicada no DOU de 17 de agosto de 2018. A equipe conta ainda com uma Assessora, Cristiane de Castro Cruz (DAS-2) e três colaboradoras terceirizadas, a saber, Jacqueline da Silva (Nível-3), Keyla Mara Souza (Nível-2) e Gislaine Rufino Araújo (Nível-2).

A CGMDP segue trabalhando no sentido de ampliação de seu quadro, tendo formalizado diversas iniciativas de solicitação de servidores para a área. Está em trâmite o processo para contrato de estagiário na área da História.

2. Expedição à Foz do Iguaçu, 21 a 24 de maio de 2018.

A CEMDP, com apoio do Ministério dos Direitos Humanos, Ministério Público Federal e Parque Nacional do Iguaçu (ICMBio), realizou expedição à cidade de Foz do Iguaçu com objetivo de inspecionar o Parque Nacional, cenário da emboscada a militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) no ano de 1974. A missão foi uma decisão tomada durante a 76ª Reunião Ordinária da CEMDP com base nas recomendações sobre o caso constante no Relatório Final da CNV, no relatório produzido por Ivan A. Seixas em consultoria investigativa sobre o caso, e no livro de Aluizio Palmar *Onde foi que enterraram nossos mortos?*, fruto de anos de pesquisa sobre o ocorrido. Considerando os seis desaparecidos que se originaram da operação em questão, a CNV recomendou a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a localização e reconhecimento dos remanescentes humanos dos atingidos, identificação e responsabilização dos agentes envolvidos na ação.

A missão foi acompanhada pela Presidente da CEMDP, a Procuradora da República Eugênia Augusta Gonzaga, pelo conselheiro da CEMDP, também Procurador da República, Ivan Marx, pela Coordenadora de Direito à Memória e à Verdade do MDH, Paula Franco, e contou com equipe técnica formada pelo Coordenador Científico, o médico especialista em Medicina Legal e Genética Forense Samuel Ferreira, o Perito Legista Marcos Paulo Salles Machado e a Arqueóloga Marina Nogueira Di Giusto, que ficaram responsáveis pela parte de escavação e análise dos materiais coletados. A atividade também teve o apoio do Instituto de Geofísica da USP, que disponibilizou uma equipe formada pelo Professor José Luiz Porsani e os pesquisadores Vinicius Rafael Neris e Bruno Poluha, responsáveis pelo reconhecimento geofísico, bem como pela inspeção da área através de análise com GPR (*Ground Penetrating Radar*). A expedição contou, ainda, com a participação de Katia Elisa Pinto, filha do dirigente da VPR, Onofre Pinto, que acompanhou as atividades como observadora, com o já mencionado autor do relatório sobre o tema, familiar de morto político e ex-presos políticos, Ivan Seixas, com o chefe do Parque Nacional, Ivan Baptiston, e com o funcionário do Parque Adaildo Policena. Ressalta-se que a missão não teria sido possível sem o apoio logístico prestado pelos trabalhadores aqui mencionados.

Em 21 de julho foi realizada uma reunião com toda a equipe, com a participação de Aluizio Palmar, para organização das atividades em campo. As atividades seguiram com dois

dias de trabalho em campo, com inspeção de duas áreas no interior do Parque, as quais se chegou por meio de helicóptero cedido pela ICMBio. Na primeira área, tinha-se o objetivo de pacificar a inspeção que já havia sido iniciada em 2010, quando a mesma equipe da Geofísica, acompanhada por outros profissionais, havia realizado trabalho de buscas no local. Neste ponto não foram encontradas novas evidências que se justificasse a continuidade dos trabalhos. A segunda área inspecionada foi verificada com o mesmo aparelho GPR e com detector de metais. Em respeito às acusações de alteração de solo, algumas escavações pontuais foram feitas e resquícios de metais foram coletados, os quais se encontram em análise. Considera-se que a segunda área ainda não foi esgotada e deve ser alvo de novas inspeções. Na oportunidade da missão, foram feitos avanços nas pesquisas, bem como foram delineadas ações futuras para a continuidade das investigações.

3. Participação da Coordenação-Geral na Comissão Permanente de Memória, Verdade e Justiça da RAADH, dias 5 e 6 de junho de 2018.

A Coordenação-Geral participou como ponto focal do Estado brasileiro da Reunião da Comissão Permanente de Memória, Verdade e Justiça (CPMVJ) da XXXI Reunião de Altas Autoridades do MERCOSUL (RAADH), representada pela Assessora Juliana Amoretti, como Coordenadora-Geral Substituta da CGMDP/SNC/MDH. O evento foi realizado em Assunção, no Paraguai, nos dias 05 e 06 de junho de 2018.

Entre as pautas abordadas na Reunião da CPMVJ, houve a designação de pontos focais para fins de Implementação do Memorando de Entendimento para o Intercâmbio de Documentação, sendo que a CG da CGMDP foi indicada como um dos pontos focais para o tema, juntamente com a Assessoria Internacional do MDH e o Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores. Houve informe dos países sobre sítios históricos de memória na região. O Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos (IPPDH) fez apresentação sobre o sistema informático ATOM e outros trabalhos que vem exercendo como mandato da CPMVJ, tais como atualização e ampliação do acervo documental Condor; pesquisa sobre institucionalidade, normativa e políticas em memória, verdade e justiça; pesquisa sobre sentenças emblemáticas; e material audiovisual. Paraguai sugeriu uma proposta para cruzar dados dos bancos genéticos da região.

No ponto de pauta sobre apresentação de avanços na busca e localização de presos desaparecidos na Região, a servidora Juliana Amoretti fez uma apresentação sobre o processo

de busca e identificação de desaparecidos políticos no Brasil, informando aos países da região sobre a identificação dos remanescentes ósseos de Dimas Casemiro na Vala Clandestina de Perus, em fevereiro de 2018, após uma complexa articulação de investigação histórico-social, pesquisas preliminares, pesquisas *ante mortem* e investigação *post mortem* e cruzamento de dados genéticos. O processo de buscas, que é impulsionado pelos familiares de desaparecidos políticos desde a década de 70 no Brasil, desenvolveu no contexto do Grupo de Trabalho de Perus uma metodologia de referência, com equipe pericial multidisciplinar, que permitiu a confirmação de informações publicadas na CNV sobre as circunstâncias violentas da morte de Dimas Casemiro e a possibilidade de um resultado positivo de reparação à sua família.

A CGMDP continua como ponto focal, representada pela Coordenadora-Geral Amarilis Busch Tavares e Substituta Juliana Amoretti, participando de videoconferências preparatórias para a próxima reunião da CPMVJ a ser realizada durante a XXXII RAADH no dia 23 de outubro de 2018, em Montevideo, Uruguai.

4. Realização da 77ª Reunião Ordinária da CEMDP, em 8 de junho de 2018.

A 77ª Reunião Ordinária da CEMDP ocorreu em 08 de junho de 2018, no Ministério dos Direitos Humanos, com a presença da Presidente Eugênia Augusta Gonzaga e dos/as Conselheiros/as: Diva Santana, Vera Paiva (participou por Skype), Ivan Marx, Coronel João Batista. Estavam presentes, ainda, o Secretário Nacional de Cidadania Herbert Barros, o Coordenador Científico da CEMDP Samuel Ferreira e a equipe da Coordenação-Geral de Direitos à Memória e à Verdade e Apoio à CEMDP.

Entre as deliberações do órgão, destacam-se as seguintes: (i) o pagamento de indenização de Adauto Freire da Cruz, que segue pendente porque o MDH conseguiu liberar apenas R\$50.000,00 do valor total de R\$100.000,00. Nesse sentido, a CEMDP se comprometeu a adotar medidas para pagamento parcial da indenização, enquanto o orçamento global não é liberado; (ii) sobre processos de buscas e identificação de corpos, foi discutido o andamento dos trabalhos em Perus, Foz do Iguaçu, Palmas de Monte Alto, Rio de Janeiro, Pernambuco e Araguaia; (iii) foi aprovada, com recomendação de ajustes, a Minuta de Resolução de nomeação de integrantes da Equipe de Identificação de Mortos e Desaparecidos Políticos – EIMDP, instituída pela Portaria nº 99, de 6 de junho de 2017; (iv) foi aprovada a Minuta de Atestados de Óbito para fins de retificação de certidões de óbito conforme Resolução nº 2 da CEMDP; (v) houve deliberação pela necessidade de redação de

Nota da CEMDP sobre recentes pedidos de intervenção militar e divulgação de documentos da CIA; (vi) igualmente tratou-se da necessidade de PL para reabertura de prazo para a CEMDP reconhecer novos nomes na lista de desaparecidos políticos e indenizar seus familiares.

5. Reunião com familiares de mortos e desaparecidos políticos no contexto da Guerrilha do Araguaia e Workshop sobre banco de dados genéticos, 08 de junho de 2018.

Em 08 de junho de 2018, às 14 horas, no edifício Parque Cidade Corporate, sede da SNC/MDH, realizou-se um workshop sobre banco de dados genéticos, ministrado pelo Coordenador Científico Samuel Ferreira, do qual participaram familiares de pessoas desaparecidas no Araguaia.

Estiveram presentes, além da equipe descrita acima, Elizabeth Silveira e Silva - irmã do guerrilheiro desaparecido Luiz Renê Silveira; Júlio Cezar Pereira Marques - irmão do guerrilheiro desaparecido Paulo Roberto Pereira Marques; Laura Petit da Silva - irmã dos guerrilheiros desaparecidos i) Lúcio Petit da Silva e ii) Jaime Petit da Silva, e iii) da guerrilheira vítima de desaparecimento identificada em 1996 Maria Lúcia Petit da Silva; Maria Eliane de Castro - irmã do guerrilheiro desaparecido Antônio Teodoro de Castro; Maria Mercedes de Castro - irmã do guerrilheiro desaparecido Antônio Teodoro de Castro; Marta Heloísa de Nazareth Costa - Sobrinha da guerrilheira desaparecida Helenira Resende de Nazareth; e Terezinha Souza Amorim - irmã do guerrilheiro desaparecido Divino Ferreira de Souza. Ainda representando os familiares de pessoas desaparecidas durante a Guerrilha do Araguaia, algumas pessoas participaram por skype. A saber: Maria de Fátima Marques da Silva - irmã do guerrilheiro desaparecido Paulo Roberto Pereira Marques; Sílvia Maria Marques Laender - irmã do guerrilheiro desaparecido Paulo Roberto Pereira Marques; Sonia Maria Haas - irmã do guerrilheiro desaparecido João Carlos Haas Sobrinho; Victória L. Grabois - filha do guerrilheiro desaparecido Maurício Grabois, irmã guerrilheiro desaparecido André Grabois e companheira do guerrilheiro desaparecido Gilberto Olímpio Maria.

O grupo de familiares foi recepcionado pelo Secretário Herbert Barros e pela Presidente da CEMDP, Eugênia Gonzaga, e em seguida o Coordenador Científico Samuel Ferreira assumiu a palavra para expor como funciona a coleta, armazenamento e análise de dados genéticos de acordo com os novos parâmetros éticos e científicos. O Coordenador

recuperou o histórico de análises já desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Perus (GTP) e os avanços conseguidos a partir do trabalho do grupo. Com a exposição deste panorama, foi possível delinear a efetivação deste programa para o caso do Araguaia, além de atentar para a necessidade de atualização do banco de dados de amostras dos familiares.

Na sequência a equipe da CGMDP fez uma atualização de como estava a atual situação de buscas no Araguaia, ao passo que expôs, primeiramente, considerações institucionais relativas à organização das atividades por meio do Grupo de Trabalho Araguaia, que ainda não possuía Portaria atualizada naquele momento, e da perspectiva da CEMDP em realizar uma expedição para pesquisas e atividades pontuais no Araguaia. Posteriormente, foi exposto o plano de pesquisas preliminar e *Antemortem* especificamente direcionadas às vítimas da Guerrilha do Araguaia, com realização de entrevistas junto a familiares com vistas a completar as informações antropométricas e as histórias individuais de pessoas desaparecidas, bem como acessar as necessidades das famílias em relação ao caso. Na sequência, foi apresentado o plano para a expedição à região pela CEMDP, que ocorreu no mês seguinte, bem como o plano para o desenvolvimento dos trabalhos pelo GTA. Finalmente, a última atividade do dia consistiu na coleta de sangue conduzida pelo Doutor Samuel Ferreira e acompanhada por funcionárias do MDH.

6. Proposição de assinatura de Memorando de Entendimento junto ao Ministério da Defesa

Em 12 de julho, a pedido da CEMDP, foi realizada audiência entre a Presidente desse órgão, Eugênia Augusta Gonzaga, e o Ministro de Estado de Defesa. A reunião teve como objetivos solicitar apoio logístico do Ministério de Defesa à expedição realizada pela CEMDP ao Araguaia (apoio este concedido) e propor a assinatura de Memorando de Entendimento junto a essa Pasta, com vistas a conjugação de esforços entre os partícipes para a busca de informações que contribuam para os fins humanitários de localização e identificação de restos mortais de mortos e desaparecidos políticos, com base na Lei nº 9.140/95.

O documento proposto, entregue em mãos ao Ministro da Defesa, estabelece como obrigação desse Ministério, entre outras, envidar esforços para a reconstituição de autos de processos administrativos que tenham sido destruídos ou danificados que possam auxiliar na elucidação de fatos que contribuam para a localização de mortos e desaparecidos políticos, bem como para a consolidação do direito à memória e à verdade. O memorando

propõe também que o MD encaminhe à CEMDP quaisquer informações que possam auxiliar no cumprimento da missão desse órgão colegiado.

A proposta de Memorando de Entendimento segue sob análise do Ministério da Defesa, que ainda não se posicionou sobre o tema.

7. Expedição ao Araguaia, 16 a 20 de julho de 2018.

Entre os dias 16 a 20 de julho do ano de 2018, foi realizada a primeira expedição do ano à região do Araguaia, pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, com o apoio da Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos. A expedição contou com a colaboração do Ministério Público Federal, do Ministério da Defesa, da Universidade do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e do Instituto Médico Legal do Pará. A missão teve como objetivo dar continuidade às buscas a pessoas desaparecidas na ocasião da Guerrilha do Araguaia, bem como aprofundar as pesquisas a fim de elucidar as circunstâncias de morte dessas pessoas.

Participaram da expedição a Presidente da CEMDP e Procuradora da República Eugênia Augusta Gonzaga, o membro da CEMDP e Procurador da República Ivan Marx, o Coordenador Científico da CEMDP Perito Médico Samuel Ferreira, a Coordenadora Geral da CGMDP Amarílis Busch Tavares, a Coordenadora de Direito à Memória e à Verdade Paula Franco, as consultoras do GTP, as peritas Mariana Inglez e Ana Paula Velloso, os geofísicos Marcio Maciel, Vinicius Rafael Neri e Ernande Costa Santos, e familiares de pessoas desaparecidas: Beatriz Antunes, Maria Mercês de Castro, Diva Santana, Marta Costa Nazareth, Maria Eliana de Castro, Julio Pereira Marques e Eliana Piló Alexandrino de Oliveira.

Os cinco dias de atividades contaram com a seguinte programação:

1. Escavação em quintal residencial na cidade de Marabá

Em atendimento a uma demanda encaminhada pelo Ministério Público Federal de Marabá à CEMDP, realizou-se, entre os dias 16 a 18 de julho de 2018, inspeção ao quintal residencial, onde, segundo constava em ofício encaminhado a esta Comissão pelo MPF, teriam sido encontrados ossos humanos durante uma obra. A pedido da CGMDP, antes da realização da expedição, representante da Força Tarefa Araguaia do MPF deslocou-se até a

residência para colher um depoimento com o proprietário do imóvel com a finalidade de instruir as investigações. Em 16 de julho, uma equipe direcionou-se ao terreno para realizar uma primeira inspeção de solo, com análise de possíveis alterações a partir de imagens feitas com o aparelho GPR, bem como para delimitar a área que seria trabalhada nos dias posteriores.

Em 17 de julho, foi demarcada a área na qual foi constatada anomalia e, na sequência, iniciados os trabalhos de escavação, que contou com o apoio da empresa contratada pelo Ministério da Defesa e duraram o dia inteiro. No dia seguinte, 18 de julho, foi dada continuidade às escavações que só foram finalizadas na tarde do mesmo dia, sem que fossem encontrados remanescentes humanos. Na noite do mesmo dia foi realizada uma reunião com toda a equipe para atualização sobre o fechamento dos trabalhos no local, oportunidade em que a equipe de perícia expôs que o ponto encontra-se pacificado, sem recomendações para atividades futuras no local. É importante frisar que não se obteve nenhum sinal de que poderia haver remanescentes nas áreas adjacentes ao local específico que foi escavado, as quais foram inspecionadas pela equipe da Geofísica com aparelho GPR.

2. Instrução de ponto ‘Cemitério de Santa Isabel’

Em atenção ao pedido de alguns familiares, em reunião ocorrida no dia 09 de julho de 2018, uma parte da equipe destinou-se ao Povoado de Santa Isabel com expectativa de colher depoimento de uma testemunha. Ao chegar ao local, porém, constatou-se que a mesma já havia falecido. Ressalta-se que no ano de 2010, o local já foi reconhecido pelo então instituído Grupo de Trabalho Tocantins (GTI), mas que nada foi encontrado na ocasião.

3. Instrução de ponto ‘Antigo Cemitério de São Geraldo’

Ainda que o ponto já tenha sido alvo de diversas inspeções, foi apontada necessidade de inspecioná-lo novamente à luz de um testemunho sobre um novo local de possível inumação de cadáver, conforme consta em relatório de expedição realizada no âmbito do GTA. Na oportunidade, parte da equipe realizou o reconhecimento *in loco* com a testemunha, bem como registrou o local que deve ser alvo de escavação na próxima expedição.

4. Agendas institucionais relativas à ‘Casa Azul’

Na manhã do dia 19 de julho de 2018, foi realizada uma reunião na Câmara Legislativa da cidade de Marabá, da qual participaram representantes da CGMDP/MDH, UNIFESSPA e familiares de pessoas desaparecidas. O intuito era tratar com o Presidente da Casa Parlamentar quais possíveis encaminhamentos para prosseguir com intuito de tombamento e transformação do local em espaço de memória. Na oportunidade, foram encaminhadas tratativas com a Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, a vereadora Priscila Veloso, a qual se prontificou em dar andamento para a questão dentro do órgão.

Na tarde do mesmo dia, foi realizada uma visita à Casa Azul, com apoio e mediação do Professor de História da UNIFESSPA Janaílson Macedo Luiz. Durante a visita foi constatada a atual situação do imóvel, que é ocupado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) e está comprometida em sua estrutura arquitetônica, bem como apresentando sinais de abandono.

5. Visita de reconhecimento à Base de Xambioá e ao Cemitério de Xambioá

No dia 18 de julho de 2018, foi realizada uma visita de reconhecimento à Base de Xambioá após oitiva no Cemitério de São Geraldo, bem como ao cemitério São João Paulo II, Cemitério de Xambioá, para breve reconhecimento do local, uma vez que os locais não estavam contemplados nos trabalhos programados para a expedição.

6. Memorial do Araguaia

Finalmente, o grupo concluiu os trabalhos do dia 18 de julho em visita ao Memorial Araguaia, no qual se registrou acentuado estado de abandono. O Memorial será, portanto, alvo de averiguações.

7. Visita de reconhecimento ao Cemitério de Marabá

Ainda na tarde do dia 19 de julho um grupo fez o reconhecimento do Cemitério de Marabá, chamado Jardim da Saudade. O local nunca foi alvo de escavações ou maiores investigações.

8. Grupo de Trabalho Rio de Janeiro

O Grupo de Trabalho Rio de Janeiro desenvolve atividades técnicas, com vistas à localização e memória de desaparecidos políticos no estado, por meio de uma iniciativa da CEMDP junto à Caixa de Assistência dos Advogados do Rio de Janeiro – CAARJ e a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos – SEDHMI (através de um Protocolo de Intenções), com pesquisadores do PNUD contratados no âmbito do PRODOC BRA 15/006 – “Fortalecimento de mecanismos de Justiça de Transição” pela CGMDP/SNC/MDH.

Entre as atividades conduzidas pelo GT no estado estão: a realização de pesquisas antemortem sobre desaparecidos e contatos com familiares; a realização de pesquisas junto a arquivos de órgãos públicos e outros, destacando-se a visita ao IEVE em São Paulo, que aconteceu nos dias 20 e 21 de junho, para acessar os dossiês individuais lá disponíveis e copiar a documentação; a indicação de locais onde possivelmente foram inumados desaparecidos no estado do Rio de Janeiro, bem como a indicação de testemunhas e diligências que possam levar ao destino de corpos da ditadura.

Os consultores contratados via PNUD para realização de trabalhos de busca no Rio de Janeiro, a saber, Eduardo Schnoor (Edital 03/2017) e Glenda Gathe Alves (Edital 04/2017) fizeram a entrega dos primeiros produtos com indicativo de pontos possíveis de exumação, que estão sendo analisados com prioridade pela CEMDP. Houve substituição da Coordenação dos trabalhos no RJ, a pedido de Pedro Benetti, que passou em concurso para professor na UFRJ. A CGMDP fez processo seletivo e indicou o nome de Fernanda Abreu, historiadora, doutoranda do programa de Direito da PUC/RJ, para o cargo da Coordenação, que foi contratada pela CAARJ em 01 de agosto de 2018.

9. Grupo de Trabalho de Perus: atualização dos trabalhos periciais

O GTP conta com uma previsão orçamentária de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) para 2018, quantia administrada pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Esse valor, conforme acordado em juízo de conciliação em São Paulo, deve ser suportado em partes iguais pelo Ministério de Educação, pela Prefeitura de São Paulo e pela Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos (SNC/MDH). O Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 1/2018, publicado no D.O.U. de 04 de julho de 2018, firmou o repasse de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) pela SNC/MDH para a UNIFESP

com o objetivo de garantir a manutenção e o funcionamento dos trabalhos do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense – CAAF.

A etapa *post mortem* é composta pela abertura das caixas, limpeza do conteúdo, análise, registro fotográfico, produção de relatórios e outros documentos, participação em reuniões, preenchimento das Tabelas (Abertura e Limpeza, Documentação, *post mortem*), filtro de casos para envio para corte de amostra para análise genética e organização de documentações.

Até o dia 7 de setembro de 2018, 990 caixas foram abertas, 987 limpas, 854 analisadas e 240 casos foram amostrados para análises genéticas. Espera-se que o processo de abertura e limpeza se encerre ainda esse ano (aproximadamente em outubro se o ritmo se mantiver com a vinda de voluntários). Sobre a análise, pode-se fazer uma estimativa de término para o primeiro semestre de 2019, mas isso depende da contratação da perícia fixa e da participação rotativa de peritos oficiais. A CGMDP estuda o envio de nova remessa de amostras de DNA de restos mortais ao Laboratório Internacional no âmbito da Carta Acordo firmada com a *International Commission on Missing Persons*, ICMP. A contratação de novos peritos para o GTP, por parte da Prefeitura, foi iniciada a partir de agosto, o que permitirá planejar mais precisamente a data de envio da segunda remessa.

10. Grupo de Trabalho Araguaia: atualização dos trâmites para assinatura de renovação da Portaria Interministerial.

Foi publicada a Portaria Interministerial nº 14, de 8 de agosto de 2018, no D.O.U. de 10 de agosto de 2018, que dispõe sobre a continuidade do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), que tem como finalidade promover as atividades necessárias à localização, ao reconhecimento e à identificação dos restos mortais dos desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia. O GTA é composto pelo Ministério dos Direitos Humanos, pelo Ministério da Justiça, pelo Ministério da Defesa, e pelo Ministério da Segurança Pública, ao qual está vinculado atualmente o Departamento da Polícia Federal.

Na data de 21 de agosto, por meio da Portaria nº 294, de 17 de agosto de 2018, foram designados como representantes do GTA pelo MDH a Coordenadora-Geral de Direito à Memória e à Verdade e Apoio à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos Amarílis Busch Tavares, e o Coordenador de Busca e Identificação de Desaparecidos Políticos Caio Bruno Pires Mendes Cateb.

Há previsão de que o GTA realize expedição à região do Araguaia em meados de setembro.

11. Sepultamento digno de Dimas Antonio Casemiro, no dia 30 de agosto: Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimentos Forçados.

Em 30 de agosto, instituído pela ONU como Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimentos Forçados, o MDH e a CEMDP, e demais instituições que compõem o Grupo de Trabalho Perus (GTP) realizaram a entrega oficial dos restos mortais do militante Dimas Antonio Casemiro à sua família. 47 anos após sua morte, Fabiano Casemiro, seu filho, que tinha apenas quatro anos quando de seu desaparecimento, pode dar um sepultamento digno a seu pai, nesta data simbólica.

Entre a cifra de 243 pessoas vítimas de desaparecimento figurou por muitos anos o militante do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) Dimas Antônio Casemiro. Nascido em Votuporanga, no interior de São Paulo, Dimas pertencia a uma família com fortes tendências políticas. No ano de 1971, quando militava clandestinamente em um país assolado por uma ditadura violenta, desapareceu na capital paulista, tendo sua morte sido noticiada por veículos da imprensa, porém seu corpo nunca fora entregue à família, impedindo um sepultamento digno.

Em 1990 vem a público a notícia de que o Cemitério Dom Bosco no bairro de Perus, na periferia de São Paulo, teria uma vala clandestina na qual possivelmente estariam enterrados corpos de militantes políticos desaparecidos na época da ditadura. Por ação da então prefeita Luiza Erundina, os remanescentes ósseos, que somavam cerca de 1500 indivíduos, foram retirados do local e trasladados para a Universidade de Campinas (UNICAMP). Duas identificações foram alcançadas nesse período: Frederico Eduardo Mayr e Dênis Casemiro, irmão de Dimas. A universidade responsável pelo material, no entanto, sofreu diversas críticas pelos familiares de pessoas desaparecidas e os remanescentes ósseos foram então levados, no ano de 2000, pela Universidade de São Paulo (USP) para o Cemitério do Araçá na capital paulista e mais um desaparecido, Flávio Molina, foi identificado.

Apenas no ano de 2014 os remanescentes ósseos passaram para a responsabilidade da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e foi executado um plano robusto de trabalho para sua identificação. É formado, então, o Grupo de Trabalhos Perus (GTP), a

partir de um convênio firmado pelo Ministério dos Direitos Humanos e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da prefeitura de São Paulo e a Unifesp.

Nesse ínterim, o GTP vem trabalhando nas ações de pesquisa preliminar e *antemortem* – que consiste na reconstrução das histórias individuais de cada desaparecido com possibilidade de ser encontrado entre os remanescentes da vala -, limpeza dos ossos e análise *post-mortem* dos esqueletos retirados do Cemitério de Perus. Dessa maneira, a partir de uma equipe interdisciplinar composta por profissionais ligados a área de Antropologia Forense que contribuem para a identificação dos remanescentes ósseos e para elucidação das circunstâncias de morte de pessoas desaparecidas, passou a ser priorizada uma abordagem humanitária do processo de buscas e identificação. Atualmente, os profissionais atuantes no GTP prestam consultoria por meio de contratos viabilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a partir de Projeto de Cooperação Internacional (PNUD/BRA/15/006 *Fortalecimento dos mecanismos de Justiça de Transição no Brasil*) firmado com o Ministério dos Direitos Humanos. Trata-se de um projeto alinhado com os parâmetros latino americanos de pesquisa de situações similares, uma abordagem inédita no Brasil.

Em setembro de 2017, após um minucioso trabalho da equipe de perícia do GTP, foram eleitos 100 remanescentes ósseos para serem enviados ao laboratório *International Commission on Missing Persons* (ICMP), o que foi possível por meio da Carta Acordo firmada no âmbito do Projeto de Cooperação Internacional.

A primeira remessa de amostras ósseas foi cruzada com as amostras sanguíneas de familiares de pessoas desaparecidas possivelmente inumadas no Cemitério de Perus. Desse cruzamento, resultou a compatibilidade genética de uma das amostras com a família Casemiro. A informação foi levada ao GTP, que analisou novamente a ossada à luz das características físicas do desaparecido político Dimas Antônio Casemiro. Esta análise, oriunda da Antropologia Forense, reforçou o resultado apresentado pelo ICMP e possibilitou a conclusão do caso. A identificação do então desaparecido político foi a única ocorrida no âmbito do Mercosul no ano de 2018.

No dia 30 de agosto de 2018, Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimentos Forçados, o Ministério dos Direitos Humanos, junto à CEMDP e as demais instituições que

compõem o GTP realizaram a entrega formal dos remanescentes ósseos pertencentes a Dimas Casemiro para sua família.

12. I Encontro Nacional de Familiares e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

A CEMDP trabalha na formação de uma Comissão Organizadora para planejar e realizar o I Encontro Nacional de Familiares e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos no mês de dezembro de 2018, que marca o aniversário da Lei 9.140/1995.

13. Retificação de atestados de óbito: Resolução nº 2, de 29 de novembro de 2017

Conforme já informado em relatório anterior, a CEMDP publicou a Resolução nº 2, de 29 de novembro de 2017, que estabelece o procedimento para emissão de atestados para fins de retificação de assentos de óbitos das pessoas reconhecidas como mortas ou desaparecidas políticas, nos termos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, e da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade.

O atestado será assinado pela presidência da CEMDP e conterá, nos termos do art. 81, da Lei nº 6.015, de 1973 (LRP), com a maior especificidade possível, as circunstâncias da morte, tais como hora, data, local, e que a morte não foi natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro, no contexto da perseguição sistemática e generalizada à população identificada como opositora política ao regime ditatorial de 1964 a 1985.

Foi criado e divulgado o endereço eletrônico cemdp.certidao@mdh.gov.br, exclusivamente para receber os pedidos de providências para correção de assentos de óbito. Portanto, caso os familiares tenham interesse na retificação, devem enviar o pedido respectivo ao endereço eletrônico acima citado, bem como cópia da certidão de óbito, cujo assento deva ser corrigido. A CEMDP se encarregará da análise dos pedidos de maneira individualizada, bem como dos procedimentos necessários para a emissão dos atestados de óbito de mortos e desaparecidos políticos.

14. Considerações finais

Pedimos aos senhores e senhoras familiares que, ao receberem o presente relatório, confirmem o seu recebimento, para que possamos saber se esta forma de comunicação vem

chegando a seus principais destinatários. Solicitamos também que compartilhem este Relatório com outros familiares.

É também nosso objetivo apresentar essas informações a todas as pessoas interessadas. Por esse motivo, o presente relatório está sendo enviado também a parlamentares, jornalistas, autoridades interessadas e será mantido para consulta pública no sítio eletrônico <http://www.mdh.gov.br/>.

Brasília, 11 de setembro de 2018.